O Commercial Affairs Department e o STRO

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O Commercial Affairs Department (CAD) é a unidade especializada em crimes de colarinho-branco da Singapore Police Force e o órgão que investiga fraude, estelionato (cheating), apropriação indébita (criminal breach of trust), abusos de mercado, lavagem de dinheiro e atividades financeiras sem licença envolvendo ativos digitais. Desde 2015, o CAD e a MAS conduzem investigações conjuntas sobre abusos de mercado nos termos do Securities and Futures Act, um arranjo que se estendeu a casos regidos pelo Payment Services Act. O CAD conduziu as investigações em Singapura sobre a Terraform Labs e a Hodlnaut. Seu Anti-Scam Command, criado em 2022, cuida dos golpes cripto contra investidores de varejo, que respondem pela maior parcela das queixas.[1] A Parte N, Capítulo II descreve como o CAD conduz um caso e como a vítima ou o suspeito deve lidar com ele.

O Suspicious Transaction Reporting Office (STRO) é a unidade de inteligência financeira de Singapura e funciona dentro do CAD. O Corruption, Drug Trafficking and Other Serious Crimes (Confiscation of Benefits) Act 1992 institui o órgão em sua seção 5 e prevê Suspicious Transaction Reporting Officers nomeados pelo Ministro. Esses funcionários recebem as comunicações de operações suspeitas que toda pessoa é obrigada a fazer, nos termos da seção 45, quando sabe ou tem motivos

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

razoáveis para suspeitar que determinados bens estão ligados a uma conduta criminosa. O STRO recebe também declarações de movimentação de dinheiro em espécie e comunicações de operações em espécie, analisa-as e repassa informações de inteligência ao CAD, à MAS e a congêneres estrangeiros. É membro do Grupo de Egmont.[2] Para um licenciado de digital payment tokens, o STRO é o destinatário de todas as comunicações de operações suspeitas, enviadas por um portal on-line. A Parte L, Capítulo IV descreve esse dever, o crime de tipping-off (alertar o investigado) e a posição do advogado.

Notas

1. Singapore Police Force, Commercial Affairs Department, conforme descrito no site da polícia na seção "Organisation Structure"; o arranjo de investigação conjunta MAS–CAD para abusos de mercado foi anunciado em 17 de março de 2015; Anti-Scam Command criado em março de 2022. ↩
2. Corruption, Drug Trafficking and Other Serious Crimes (Confiscation of Benefits) Act 1992 (2020 Rev Ed), seção 2(1) (definição de "Suspicious Transaction Reporting Officer") e seção 5 (Suspicious Transaction Reporting Office), texto conforme publicado no Singapore Statutes Online; funções do STRO e participação no Grupo de Egmont conforme descritas no site da Singapore Police Force, "Suspicious Transaction Reporting Office". ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.